

10-2014/ 4 2 6 6 0 8 - 3 18 dez 2014 12:39
UCERJA Guia: 101405340
:330030222-1 Atos: 980
:CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
HASH: D14124266083Q
imprimir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
seio local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ILT. ARG.: - - -

2. USO DA JUNTA COMERCIAL			
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR		<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA	
Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s): <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> SIM <hr/><hr/><hr/><hr/> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> SIM <hr/><hr/><hr/><hr/> </div> </div> <div style="text-align: right; padding-top: 20px;"> <div style="border: 2px solid black; padding: 5px; display: inline-block; margin-bottom: 10px;">31</div> <div style="text-align: center;"> / / Data </div> </div>			Processo em ordem. A decisão.
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> NÃO / / <div style="display: flex; justify-content: space-between; width: 100%;"> Data Responsável </div> </div> <div style="width: 45%;"> <input type="checkbox"/> NÃO / / <div style="display: flex; justify-content: space-between; width: 100%;"> Data Responsável </div> </div> </div>			<div style="text-align: center;"> / / Data </div> <div style="text-align: center;"> _____ Responsável </div>
DECISÃO SINGULAR			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 20%;"> <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) </div> <div style="width: 15%;"> 2ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 3ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 4ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 5ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> </div>			
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 60%;"> <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. </div> <div style="width: 20%; text-align: center;"> / / Data </div> <div style="width: 20%; text-align: center;"> _____ Responsável </div> </div>			
DECISÃO COLEGIADA			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 20%;"> <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) </div> <div style="width: 15%;"> 2ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 3ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 4ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> <div style="width: 15%;"> 5ª Exigência <input type="checkbox"/> </div> </div>			
<input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 60%;"> <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. </div> <div style="width: 20%; text-align: center;"> / / Data </div> <div style="width: 20%; text-align: center;"> _____ Responsável </div> </div>			
OBSERVAÇÕES:			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 40%;"> 19.12.14 Data </div> <div style="width: 20%;"> _____ Vogal </div> <div style="width: 20%;"> _____ Presidente da Turma </div> <div style="width: 20%;"> <div style="text-align: center;"> CÂNDIDO OLIVIERI CARNEIRO DE SOUZA Matr. 353-7 </div> </div> </div>			

FORTAN GRÁFICA

REF.: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

2



1266879

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A.**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A." ("Escritura"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto de sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória ("Debêntures"):

CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto, 200, bloco 4, sala 202, CEP 22775-056, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o n.º 15.404.443/0001-15, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia");

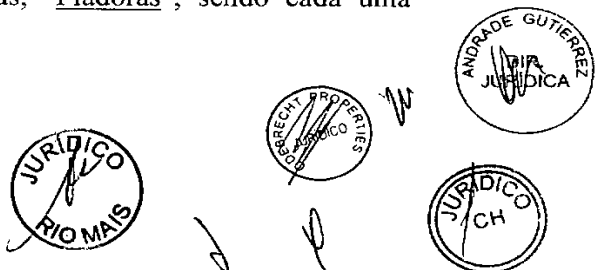
- II. como fiadoras e principais pagadoras das Debêntures:

ANDRADE GUTIERREZ S.A., companhia com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno n.º 8.123, CEP 30110-937, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.262.197/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("AG");

CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.430, grs, 201 a 202, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.342.023/0001-33, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("CH");

ODEBRECHT S.A., companhia com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luis Viana, Paralela, 2841, CEP 41730-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.144.757/0001-72, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("ODB");

ODEBRECHT PROPERTIES S.A., companhia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, n.º 120, 14º andar – parte B, Butantã, CEP 05.501-050, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.584.908/0001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, ("OP" e, em conjunto com a AG, a CH e a ODB, denominadas, "Fiadoras", sendo cada uma individualmente denominada "Fiadora"); e



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



- III. como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4200 – Bloco 08 – Ala B – Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, ("Agente Fiduciário" ou "Pentágono" e, em conjunto com a Companhia e as Fiadoras denominados como "Partes");

resolvem celebrar esta Escritura, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A (i) emissão ("Emissão") das Debêntures (conforme abaixo definidas), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (iii) outorga das fianças; e (iv) celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizadas em 12 de dezembro de 2014;
- II. da reunião do conselho de administração da ODB realizada em 12 de dezembro de 2014; e
- III. da reunião do conselho de administração da OP realizada em 12 de dezembro de 2014.

- 1.2 A Fiança AG (abaixo definido) é outorgada pela AG com base no artigo 13 do estatuto social da AG, o qual permite que a diretoria preste a fiança nas Debêntures sem necessidade de ato societário da AG.


- 1.3 A Fiança CH (abaixo definido) é outorgada pela CH com base no parágrafo 3º do artigo 8º c/c do Artigo 9º do estatuto social da CH, o qual permite que a diretoria preste a fiança nas Debêntures sem necessidade de ato societário da CH.

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão, a Oferta, a outorga das fianças e a celebração desta Escritura e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2



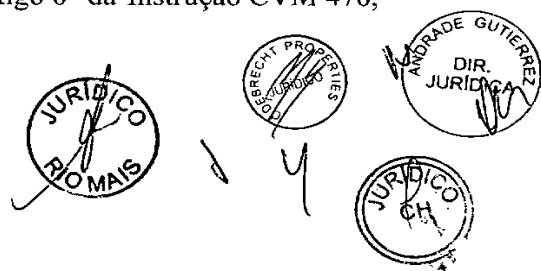

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

5



- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia, realizada em 12 de dezembro de 2014, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico";
 - (b) a ata da reunião do conselho de administração da ODB, realizada em 12 de dezembro de 2014, será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia; e
 - (c) a ata da reunião do conselho de administração da OP, realizada em 12 de dezembro de 2014, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
- II. *inscrição e registro desta Escritura e seus aditamentos.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura e seus aditamentos serão:
 - (a) inscritos na JUCERJA; e
 - (b) registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de registro de títulos e documentos (i) da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (iv) da Comarca da Cidade de Salvador, Estado da Bahia.
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- V. *registro Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476,




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266882

C

por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição; e

VI. *registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que sejam divulgadas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a prestação de serviços, cumulada com a execução de obras, necessárias à implantação, operação e manutenção do Parque Olímpico no Município do Rio de Janeiro, para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 ("Empreendimento"); e (ii) a exploração imobiliária do imóvel da contraprestação, direta ou indiretamente, incluindo por intermédio de subsidiárias criadas pela Cia ou por quaisquer das formas admitidas em lei, nos termos da cláusula 22.1.1 e demais disposições do Edital de Concessão nº CO-001/2011, tudo em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal da Casa Civil ("Poder Concedente").

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados, dentro da gestão ordinária de seus negócios, ao pagamento das obrigações referentes ao vencimento da 2ª (segunda) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme, da Concessionária Rio Mais S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266883

7

Debêntures, tendo como público alvo investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476, devendo as pessoas naturais e jurídicas mencionadas do inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, subscrever, no âmbito da Oferta, o montante mínimo de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observadas as normas e condutas previstas no artigo 12 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a segunda emissão pública de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 22.000 (vinte e duas mil) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266884

8

todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução, com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* Cada Fiadora, neste ato, e na melhor forma de direito, obriga-se, solidariamente com a Companhia, mas separadamente e em caráter não solidário com as outras Fiadoras, nas proporções descritas abaixo, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro, pelo pagamento (a) do equivalente a 33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento), no caso da AG; (b) do equivalente a 33,30% (trinta e três inteiros e trinta centésimos por cento), no caso da CH; e (c) do equivalente a 33,40% (trinta e três inteiros e quarenta centésimos por cento), no caso da OP ou da ODB, respeitados a ordem e o prazo dispostos na Cláusula 6.11.1 abaixo; de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como, pelo pagamento, na mesma proporção mencionada acima, de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo

6



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221

Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58

Arquivamento: ED33000591-000/7

2



Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (inclusive honorários advocatícios) ("Obrigações Garantidas" e "Fiança AG", "Fiança CH", "Fiança OP" e "Fiança ODB", respectivamente e, em conjunto, "Fianças", respectivamente). As referidas despesas devem ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, ficando acordado, todavia, que as despesas individuais, ou conjunto de despesas individuais, em valores superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Companhia, exceto no caso de inadimplemento desta, ocasião em que não haverá necessidade de autorização prévia. Cada Fiadora declaradamente se reserva o benefício previsto no artigo 829 do Código Civil.

- 6.11.1 A Fiança ODB somente será excutida caso a Fiadora OP, notificada por escrito para pagamento do valor eventualmente devido, não satisfaça os créditos demandados no prazo desta Escritura, ocasião em que a ODB terá o prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da respectiva notificação de impuntualidade da OP, para efetuar o referido pagamento.
- 6.11.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de inadimplemento ou insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura, respeitados os prazos de cura e a ordem aqui previstos. O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago pelas Fiadoras independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Companhia venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, sendo que, caso seja declarado o vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o pagamento deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas nas Cláusulas 6.29.4 e 6.29.5 abaixo. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução das Fianças por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução das Fianças pelos Debenturistas.
- 6.11.3 As Fianças entraram em vigor quando da celebração desta Escritura e permanecerão válidas até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelas Fiadoras nos termos das Debêntures e desta Escritura.
- 6.11.4 Cada Fiadora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, exigir e/ou demandar a Companhia em

7



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266886

10

decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, repassar, no prazo de 3 (três) Dias Úteis (conforme definido na Cláusula 6.25 abaixo) contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

- 6.11.5 Nenhuma objeção ou oposição da Companhia poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 6.11.6 Em (i) 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido da AG era de aproximadamente R\$4.302.576 mil, suficiente para quitar, conforme a Fiança AG, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; (ii) 30 de setembro de 2014 o patrimônio líquido da CH era de aproximadamente R\$15.188.516 mil, suficiente para quitar, conforme a Fiança CH, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; (iii) 30 de setembro de 2014 o patrimônio líquido da ODB era de aproximadamente R\$7.884.735 mil, suficiente para quitar, conforme a Fiança ODB, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia; e (iv) 30 de setembro de 2014 o patrimônio líquido da OP era de aproximadamente R\$153.955 mil, suficiente para quitar, conforme a Fiança OP, sua respectiva porção do saldo devedor das Debêntures em caso de inadimplência da Companhia.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, as Debêntures vencerão em 30 de junho de 2015 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:
- I. atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures



8



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266887

11

incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, a Remuneração será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento. Farão jus aos pagamentos, os titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

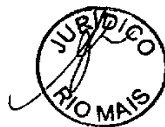
Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório,

9



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266888

12

sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,8000; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

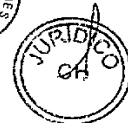
Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x *FatorSpread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1 Indisponibilidade temporária da Taxa DI. Observado o disposto na Cláusula

6.15.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ",

10



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



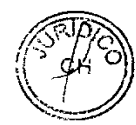
1266889

13

o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia ou das Fiadoras quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.15.2 Indisponibilidade da Taxa DI. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário brasileiro vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia ou as Fiadoras e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral de

11



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

14

Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

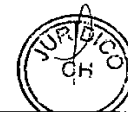
6.15.3 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.15.1 e 6.15.2 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança AG, a Fiança CH, a Fiança OP e a Fiança ODB, nas suas respectivas proporções, válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Companhia, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.15.2 acima.

6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo ou de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário) e à CETIP ("Comunicação de Resgate"), de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento) ("Prêmio de Resgate"), correspondente a:

- I. 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Integralização, inclusive, e 31 de março de 2015, exclusive; e
- II. sem qualquer prêmio ou penalidade, caso o resgate antecipado ocorra entre 31 de março de 2015, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

6.17.1 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a data de Resgate





1266891

15

Antecipado Facultativo (que deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil); (b) menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, será acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; (c) o Prêmio de Resgate, se for o caso; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.17.2 Quando o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

6.18 *Resgate Antecipado Obrigatório.* Em caso de obtenção, pela Companhia, de financiamento de longo prazo junto à Caixa Econômica Federal ("Financiamento Caixa"), a Companhia obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do primeiro e efetivo desembolso dos recursos relativos ao Financiamento Caixa após a Data de Integralização, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo ou de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário) e à CETIP, de 2 (dois) Dias Úteis da data do evento, a resgatar antecipadamente, observada o disposto na Cláusula 6.18.1 abaixo, total ou parcialmente as Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade.

6.18.1 Na hipótese do primeiro e efetivo desembolso do Financiamento Caixa, após a Data de Integralização, ser realizado em valor superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório, a Companhia é obrigada a resgatar a totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial. Não obstante, exclusivamente na hipótese do primeiro e efetivo desembolso do Financiamento Caixa, após a Data de Integralização, ser realizado em valor inferior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório, a Companhia deverá resgatar antecipada e parcialmente as Debêntures, sendo que a Companhia obriga-se (a) a utilizar 100% (cem por cento) do valor dos recursos obtidos no primeiro desembolso do Financiamento Caixa após a Data de Integralização em tal resgate; e (b) quando do próximo e efetivo desembolso do Financiamento Caixa, observado os prazos e condições estabelecidos na Cláusula 6.18 acima, resgatar, de forma total, as Debêntures

13



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221

Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58

Arquivamento: ED33000591-000/7



LC

não resgatadas no resgate anterior.

6.18.2 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a data de Resgate Antecipado Obrigatório (que deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil); (b) se o resgate antecipado será total ou parcial; (c) a quantidade de Debêntures que serão resgatadas, no caso de resgate antecipado parcial; (d) menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, será acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

6.18.3 Quando o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP, o Resgate Antecipado Obrigatório seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.


6.18.4 No caso de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP, dispensado caso haja apenas um debenturista.

6.19 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures (sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado").

I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo, ou de comunicação individual, com cópia para o Agente Fiduciário ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista; (c) a forma e o prazo de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento

14




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

17

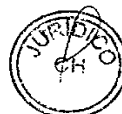
aos Debenturistas que aderirem à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sendo que o resgate antecipado e o pagamento deverá ocorrer no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures;


- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia; e
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.24 abaixo; e
- V. o resgate antecipado das Debêntures (a) que estejam custodiadas na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

15




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral




18

- 6.22 *Encargos Moratórios.* Respeitados eventuais prazos de cura estabelecidos nesta Escritura, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e/ou pelas Fiadoras aos Debenturistas nos termos desta Escritura, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.24 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia nas datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriurador, para os titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.25 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
- 6.26 *Imunidade de Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriurador, conforme o caso, e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 6.26 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição

16

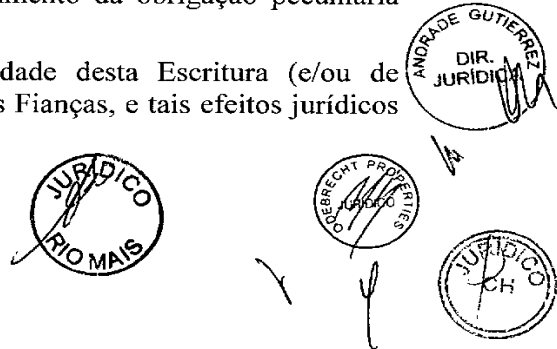



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula 6.26.1, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Companhia, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Companhia.

- 6.26.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 6.26 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Companhia depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.
- 6.27 *Liquidez e Estabilização.* Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.
- 6.28 *Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.
- 6.29 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto na Cláusula 6.29.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelas Fiadoras, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- 6.29.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ou, ainda, realização de assembleia geral de Debenturistas:
- I. inadimplemento, pela Companhia e pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento, observada a ordem de pagamento prevista na Cláusula 6.11.1 acima para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida pela ODB;
 - II. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou das Fianças, e tais efeitos jurídicos





1266896

20

- não sejam revertidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da sua ocorrência ou, no caso das Fianças, não sejam substituídas por outra garantia aceita pelos Debenturistas;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundo de investimento) da Companhia, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada da Companhia e pelas Fiadoras, de qualquer disposição desta Escritura;
- IV. questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no inciso III acima, desta Escritura, em que se tenha obtido decisão judicial, provisória ou definitiva, tornando sem eficácia esta Escritura, as Debêntures ou as Fianças, não sanado de forma definitiva no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que a Companhia tomar ciência da referida decisão judicial;
- V. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- VI. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso XVIII abaixo; (b) decretação de falência da Companhia; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (d) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, e não devidamente contestado nos termos do artigo 98, parágrafo único, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101") no referido prazo legal; ou (e) pedido por parte da Companhia de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido e/ou processamento;
- VII. comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura é falsa, inconsistente ou incorreta em qualquer aspecto relevante, desde que não sanada em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação neste sentido;
- VIII. comprovado inadimplemento, da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia, de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia em valor,

18



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266897

21

- individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM/Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas, respeitando os eventuais prazos de cura indicados nos respectivos contratos;
- IX. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, respeitando os eventuais prazos de cura indicados nos respectivos contratos;
- X. protesto de títulos contra a Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de notificação do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado e aceito em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia;
- XI. não cumprimento, pela Companhia, de decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral, contra a Companhia, em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;
- XII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;
- XIII. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto em caso de

19



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7




22

absorção de prejuízo;

- XIV. amortização de ações de emissão da Companhia ou reembolso de ações de acionistas da Companhia, nos termos no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia (tendo por base as mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido no inciso (a) da Cláusula 7.1 abaixo), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- XV. (i) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, ou (ii) caso as Fiadoras, de outra forma, deixarem de ser controladoras (direta ou indiretamente) da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) decorrente de sucessão legal, na hipótese de morte de quaisquer pessoas físicas acionistas das Fiadoras; ou (c) alterações ou transferências entre as Fiadoras ou no âmbito dos grupos econômicos das Fiadoras, desde que o controle acionário da Companhia continue a ser exercido conjuntamente pelas Fiadoras, ou suas Controladoras ou Controladas ou sociedades sob controle comum;
- XVI. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures; ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- XVII. transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou
- XVIII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal, Unitário acrescido da

20




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266899

23

Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento; ou

- (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada da Companhia ou de ações de emissão de qualquer Controlada da Companhia; ou
- (d) se realizada exclusivamente entre Controladas da Companhia; ou
- (e) se realizada exclusivamente entre Controladas da respectiva Fiadora.

6.29.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.29.3 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nessa Escritura, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que a Companhia e/ou as Fiadoras tomarem ciência do respectivo inadimplemento, desde que respeitadas as obrigações relacionadas a cada Parte e previstas na Cláusula 7.1 e 7.2 abaixo;
- II. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- III. extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial) do contrato de parceria público-privada de prestação de serviços, exceto pela cessão condicional em favor da Caixa Econômica Federal em garantia ao Financiamento Caixa, cumulada com a execução de obras, necessárias à implantação, operação e manutenção do parque olímpico no Município do Rio de Janeiro, para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 ("Empreendimento"), ou qualquer tipo de intervenção, pela Secretaria Municipal da Casa Civil do Rio de Janeiro, no Empreendimento e/ou na Companhia, exceto se no prazo de 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis a contar da data de publicação no Diário Oficial de tal extinção, suspensão ou transferência (total ou parcial), a Companhia e/ou as Fiadoras obtiverem um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou cessão da intervenção; ou
- IV. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda ou indisponibilidade por mais de 60 (sessenta) dias corridos, pela Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos.



21



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

24



6.29.3 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.29.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.


6.29.4 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se (juntamente com as Fiadoras, observadas as proporções e, no caso da ODB, a ordem da Fiança outorgada por cada uma das Fiadoras) a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I da Cláusula 6.29.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.29.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Fianças, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução das Fianças, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer



22




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266901

25

valores devidos pela Companhia ou pelas Fiadoras nos termos desta Escritura, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação. A Companhia e as Fiadoras permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e as Fiadoras, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

- 6.30 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído. Caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.
- 6.31 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Concessionária Rio Mais S.A.
Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto, 200, bloco 4, sala 202
22775-056 Rio de Janeiro, RJ
At.: Alexandre Serra Nogueira de Paula
Telefone: (21) 2135 9011
Correio Eletrônico: alexandre.depaula@riomais.net

II. para as Fiadoras:

23



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266902

26

Andrade Gutierrez S.A.
Avenida do Contorno nº 8.123
30110-937 Belo Horizonte, MG
At.: Gustavo Braga Mercher Coutinho
Telefone: (21) 2211-8000
Fac-símile: (21) 2211-8032
Correio Eletrônico: gustavo.coutinho@agnet.com.br

Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções
Avenida das Américas, 4.430, grs, 201 a 202
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Carlos Fernando de Carvalho
Telefone: (21) 3416-9430
Fac-símile: (21) 3416-9449
Correio Eletrônico: presidencia@carvalhohosken.com.br

Odebrecht S.A.
Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã
05501-050, São Paulo, SP
At.: Sr. Otavio Franca Tavares da Silva
Telefone: (11) 3096-8247
Fac-símile: (11) 3096-8247
Correio Eletrônico: otaviof@odebrecht.com

Odebrecht Properties S.A.
Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã
05501-050, São Paulo, SP
At.: Sr. Otavio Franca Tavares da Silva
Telefone: (11) 3096-8247
Fac-símile: (11) 3096-8247
Correio Eletrônico: otaviof@odebrecht.com

III. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. das Américas, nº 4200 - Bloco 08 - Ala B - Salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Sra. Nathalia Machado Loureiro e
Sra. Marcelle Motta Santoro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

IV. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar – Jardim Paulistano



24



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266903

01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

27

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na Internet (<http://www.riomais.net/>), na mesma data em que ocorrer primeiro entre 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"), bem como declaração assinada por qualquer dos diretores da Companhia, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (ii) em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento; ou (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, das Fiadoras e/ou de qualquer Controlada da Companhia; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou de quaisquer das Fiadoras de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura ("Efeito Adverso Relevante");
- (iii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais

25



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266904

28

dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo;

- (iv) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
 - (v) via original desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA e nos respectivos cartórios competentes, em até 15 (quinze) dias contados do respectivo arquivamento.
- (c) informar o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
 - (d) informar ao Agente Fiduciário à respeito do(s) desembolso(s) do Financiamento Caixa e do(s) respectivo(s) valor(res) a ser(em) desembolsado(s), caso possível, com antecedência de, no mínimo, 1 (um) Dia Útil da data prevista para tal(is) desembolso(s);
 - (e) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;
 - (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por quaisquer Controladas da Companhia;
 - (g) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
 - (h) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);

26



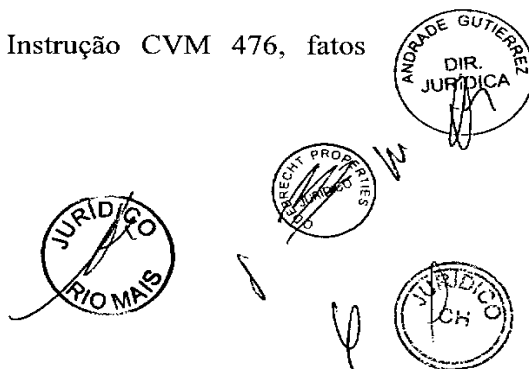
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



- 29
- (i) cuidar, em caráter irrevogável e irretratável, para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos, a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
 - (j) comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
 - (k) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas individuais acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e/ou as despesas mensais agregadas acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) devem ser, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Companhia, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, sem que isto venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas, de qualquer forma;
 - (l) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia, em especial aquela(s) referente(s) à redução do capital da Companhia para observância, pelo Agente Fiduciário, do inciso XIII da Cláusula 6.29.1 acima;
 - (m) convocar, em até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
 - (n) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societários da Companhia, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Companhia deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
 - (o) apresentar ao público, nos termos da Instrução CVM 476, fatos relevantes;

27



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADB7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

- 30
- (p) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (q) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM 476:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358") no tocante ao dever de sigilo e as vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
 - (g) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM, ANBIMA ou pela CETIP.

7.2 A AG, no que se refere à AG, a CH no que se refere à CH, a OP no que se refere à OP e a ODB, no que se refere à ODB, obrigam-se individualmente:

- (i) na data em que ocorrer primeiro, entre o decurso de 4 (quatro) meses contados da data de término de cada exercício social, ou a data da efetiva divulgação, fornecer ao Agente Fiduciário, quando solicitado, cópia das suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou





1266907

31

notificação, judicial ou extrajudicial, recebida relacionada a um Evento de Inadimplemento;

- (iii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (iv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades; e
- (v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as suas autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas, inclusive da sua Fiança.

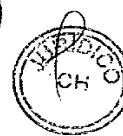
8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia e as Fiadoras, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;



29



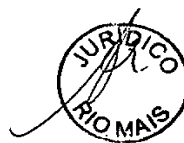
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



32

- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com as Fiadoras que o impeça de exercer suas funções;
- XII. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- XIII. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- XIV. aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- XV. não ter qualquer ligação com a Companhia e/ou com os Fiadores que o impeça de exercer suas funções;
- XVI. estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- XVII. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XVIII. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIX. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- XX. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- XXI. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XXII. que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

33

XXIII. na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da CH ("1ª Emissão da CH"), com vencimento em 6 de setembro de 2020, em que foram emitidas 3.000 (três mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da CH são garantidas por garantia fidejussória prestada por Carlos Fernando de Carvalho, conforme previsto na escritura de emissão.

- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia ou de alguma Fiadora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia e de cada Fiadora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia, solicitando sua substituição;
 - (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui





1266910

34

previsto, caberá à Companhia efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- (e) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima não delibere sobre a matéria;
- (h) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.30 e 6.31 acima; e
- (i) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

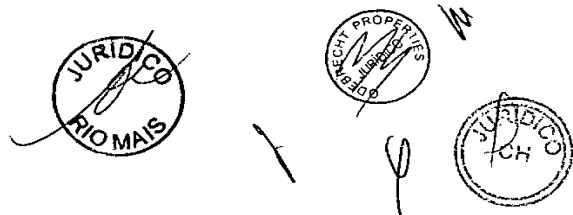
8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

8.4.1. Parcela única de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a referida parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da Escritura.

8.4.2. O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, a exceção do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, de responsabilidade de fonte pagadora.

8.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a

32



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7



1266911

juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

35

- 8.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Companhia.
- 8.4.5. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega das cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo, mas não se limitando, a despesas com *conference call* e contatos telefônicos, viagens, estadias, transportes e alimentação, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, extração de certidões, notificações, publicações, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, assessoria legal aos Debenturistas, entre outros.
- 8.4.6. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 8.4.5 acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração e excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266912

Fiduciário. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Companhia a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, se assim notificado pela Companhia.

36

8.4.7. O pagamento da remuneração ao Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou as Fiadoras não o façam, a inscrição desta Escritura e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Companhia;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e das Fiadoras, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;



34

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7




- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites da razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia ou nas Fiadoras;
- (k) convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou pelas Fiadoras ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Companhia ou pelas Fiadoras;
 - (ii) alterações estatutárias da Companhia ou das Fiadoras ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (vi) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelas Fiadoras, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e de cada Fiadora;
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Companhia, por sociedade

37

35




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266914

coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões listados abaixo:


38

- (a) denominação da companhia ofertante;
- (b) valor da emissão;
- (c) quantidade de debêntures emitidas;
- (d) espécie;
- (e) prazo de vencimento das debêntures;
- (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período, conforme aplicável.

Para tanto, a Companhia deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, ao encerramento de cada exercício social.

- (n) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, a contar do encerramento do exercício social da Companhia, ao menos nos seguintes locais: (i) sede da Companhia; (ii) na sua sede; (ii) CVM; (iii) CETIP; e (iv) na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, às expensas da Companhia e/ou da respectiva Fiadora, nos termos da Cláusula 6.30 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (m) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (q) acompanhar o resgate antecipado das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer,




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266915

conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia e de cada Fiadora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

39

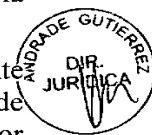
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia ou por qualquer Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (t) calcular, em conjunto com a Companhia, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia ou por qualquer Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.29 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas ou requerer a falência da Companhia e da Fiadora, se ainda não existirem garantias reais;
- (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia ou das Fiadoras.

8.7 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (a) a (c) da Cláusula 8.6 acima, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso (d) da Cláusula 8.6 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia ou pelas Fiadoras ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será



37



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266916

ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia e das Fiadoras, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia e das Fiadoras, conforme o caso, elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

no

- 8.9 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.
- 8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura.
- 8.11 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 8.12 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com as atribuições previstas nessa Escritura.




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



- 41
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.30 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
 - II. as alterações propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia geral dos Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) das disposições estabelecidas nesta Cláusula; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (e) das Fianças previstas nesta Escritura; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; (h) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Obrigatório; (i) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (j) de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, às Fiadoras ou a qualquer controladora ou




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



42

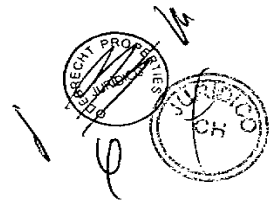
Controlada, direta ou indireta, da Companhia, das Fiadoras ou qualquer de seus respectivos diretores ou conselheiros.


- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e de cada Fiadora nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 9.11 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em assembleias gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quorums nesta Escritura, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DAS FIADORAS

10.1 A Companhia e cada Fiadora neste ato declaram que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, as respectivas Fianças, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, as respectivas Fianças, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e das Fiadoras, em observância ao princípio da boa-fé;
- (f) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- (g) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 representam



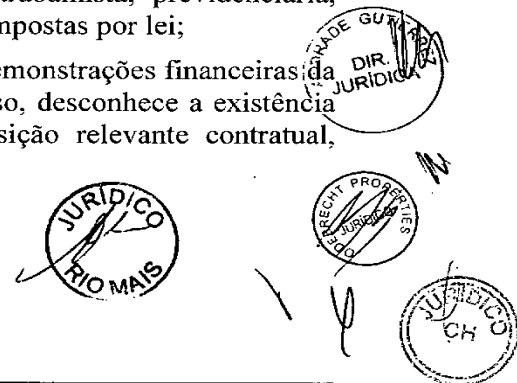

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266919

43

- corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- (h) os documentos, informações e materiais informativos fornecidos por escrito ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
 - (i) a celebração, os termos e condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas, inclusive, no caso das Fiadoras, das respectivas Fianças, e a Oferta (a) não infringem seus respectivos estatutos sociais; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia ou qualquer Fiadora seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura; (c) não infringem qualquer ordem ou decisão administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia ou de qualquer Fiadora que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; (ii) criação de qualquer Ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia ou de qualquer Fiadora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (j) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou de cada Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
 - (k) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou de qualquer Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
 - (l) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Companhia ou das Fiadoras, conforme o caso, desconhece a existência de (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual,



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266920

149

legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou da respectiva Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura ou a Fiança AG ou a Fiança CH ou a Fiança OP ou a Fiança ODB;

- (m) não há qualquer ligação entre a Companhia, qualquer Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
 - (n) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
 - (o) as informações prestadas e fornecidas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - (p) não omitiu nenhum ato ou fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas.
- 10.2 A Companhia, irrevogável e irretroatável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 A Companhia e as Fiadoras, assim que ciente, comprometem-se em até 1 (um) Dia Útil a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Companhia ou da respectiva Fiadora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e demais prestadores de serviços e



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1266921

45

quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Despesas"). As referidas Despesas devem ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, ficando acordado, todavia, que as despesas individuais, ou conjunto de despesas individuais, em valores superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Companhia, exceto no caso de inadimplemento desta, ocasião em que não haverá necessidade de autorização prévia

- 11.2 A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, observada a regra de aprovação pela Companhia prevista na Cláusula acima.

12. RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia ou de qualquer Fiadora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia e por cada Fiadora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 As partes reconhecem esta Escritura e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").
- 13.2 Para os fins desta Escritura, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 As obrigações assumidas nesta Escritura têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 14.2 Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 14.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

116

o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 14.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

15. LEI DE REGÊNCIA

- 15.1 Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

16. FORO

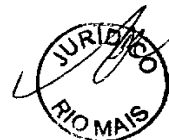
- 16.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014.

(As assinaturas seguem nas 7 (sete) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



47



1266923

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários –
Página de Assinaturas 1/7.

Alexandre Gradim
Diretor Operacional
Concessionária Rio Mais

Nome: ALEXANDRE GRADIM REIS
Cargo: DIRETOR

CONCESSIONÁRIA RIO MAIS S.A.

Nome: Fernando Pacheco
Cargo: Diretor Presidente
Concessionária Rio Mais

45



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

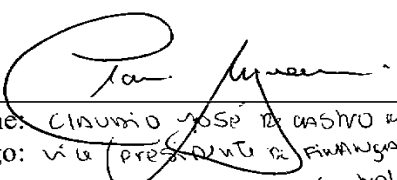
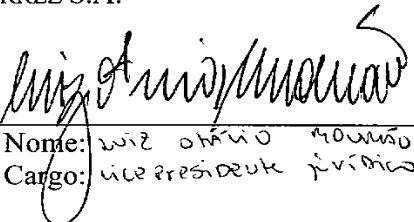
48




1266924

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/7.

ANDRADE GUTIERREZ S.A.

	
Nome: CLAUDIO JOSÉ DE CASTRO MISERANI	Nome: LUIZ OTÁVIO MOURÃO
Cargo: VICE PRESIDENTE DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	Cargo: VICE PRESIDENTE JURÍDICO




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

h9



1266925

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/7.

CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Nome: CARLOS FERNANDO DE AZEVEDO Nome:
Cargo: PRESIDENTE Cargo:



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

50



1266926

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 4/7.

ODEBRECHT PROPERTIES S.A.

Nome: OTÁVIO EDMARCA TAVARES SILVA
Cargo: DIRETOR

Nome: GERALDO VILCIN DAADO
Cargo: DIRETOR

48



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

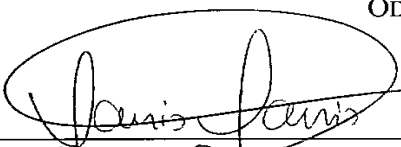
51

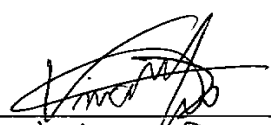


1266927


Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 5/7.

ODEBRECHT S.A.


Nome: PAULO FRANCO TAVARES SILVA
Cargo: DIRETOR


Nome: VINICIUS ROMÃO NARCIZO
Cargo: PROCURADOR




Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

52



1266928

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 6/7.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Yumi F. A. Takahashi
Cargo: Procuradora

50



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7

52



1266929

Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Concessionária Rio Mais S.A., celebrada em 12 de dezembro de 2014 entre a Concessionária Rio Mais S.A., Andrade Gutierrez S.A., Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, Odebrecht Properties S.A., Odebrecht S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 7/7.

Testemunhas:

Rayanne Gil de Almeida
Nome: Rayanne Gil de Almeida
Id.: 21.611.240-4
CPF: 124.419.977-46

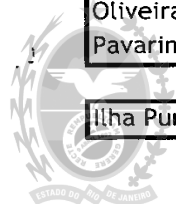
Amanda Luiz de Souza
Nome: Amanda Luiz de Souza
Id.: 1265768900
CPF: 114.017.767-28



Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

57

Agente de Garantia	Taxa de Implantação	Taxa Anual
Planner	-	135.000,00
Oliveira Trust	30.000,00	180.000,00
Pavarini	65.000,00	166.300,00
Ilha Pura	45.000,00	110.000,00



1266930


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA RIO MAIS S A
Nire: 33300302221
Protocolo: 0020144266083 - 18/12/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 19/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 080F8E9EB7293EAE0B93A3AEDCA3C49AE62ADBC7CE033CFD24CDC9B60ECCFF58
Arquivamento: ED33000591-000/7